

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Processual Penal

Inquérito

Período 2010 - 2016

1) CESPE - Procurador Federal - AGU (2010)

Acerca do inquérito policial, julgue o item subsequente.

Embora o inquérito policial tenha natureza de procedimento informativo, e não de ato de jurisdição, os vícios nele existentes podem contaminar a ação penal subsequente, com base na teoria norte-americana dos frutos da árvore envenenada, ou *fruits of the poisonouss tree*.

- Certo
 Errado

2) CESPE - Procurador Federal - AGU (2010)

Acerca do inquérito policial, julgue o item subsequente.

O arquivamento do inquérito policial não gera preclusão, sendo uma decisão tomada *rebus sic stantibus*; todavia, uma vez arquivado o inquérito a pedido do promotor de justiça, somente com novas provas pode ser iniciada a ação penal.

- Certo
 Errado

3) CESPE - Procurador Federal - AGU (2010)

No que concerne a citação, sentença e aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança, julgue o seguinte item.

O juiz não pode aplicar, ainda que provisoriamente, medida de segurança no curso do inquérito policial.

- Certo
 Errado

4) CESPE - Defensor Público - DPGE - MA (2011)

Assinale a opção correta, acerca do inquérito policial.

- a) De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ, inquéritos policiais em andamento podem ser utilizados apenas para valorar negativamente o acusado, mas não para aumentar a sua reprimenda acima do mínimo legal, sob pena de violação ao princípio constitucional da não culpabilidade.
- b) A denúncia em processo que apura crime afiançável de responsabilidade de funcionário público, ainda que embasada em inquérito policial, não dispensa a necessidade de ofertar ao réu a apresentação de resposta preliminar antes do recebimento da inicial acusatória.
- c) O membro do MP possui legitimidade para proceder, diretamente, à coleta de elementos de convicção para subsidiar a propositura de ação penal, inclusive mediante a presidência de inquérito policial.

d) A notícia anônima sobre eventual prática criminosa, por si só, não é idônea para a instauração de inquérito policial, prestando-se apenas a embasar procedimentos investigatórios preliminares em busca de indícios que corroborem as informações.

e) A recente jurisprudência do STJ, em homenagem ao princípio constitucional do devido processo legal, firmou-se no sentido de que eventuais irregularidades ocorridas na fase investigatória, mesmo diante da natureza inquisitiva do inquérito policial, contaminam a ação penal dele oriunda.

5) ESAF - Analista de Finanças e Controle - CGU (2012)

Considerando os princípios aplicáveis ao Direito Processual Penal, marque a opção correta.

- a) O Princípio da Obrigatoriedade aplica-se às ações penais públicas e privadas.
- b) O Princípio da Concentração decorre do Princípio da Oralidade.
- c) O Princípio da Autoritariedade consagra os órgãos incumbidos da persecução criminal, presentes os permissivos legais, estão obrigados a atuar.
- d) O Princípio da Indisponibilidade é uma decorrência do Princípio da Oficiosidade.
- e) O Princípio do favor rei consagra que ninguém pode ser compelido a produzir prova contra si mesmo.

6) FCC - Técnico Judiciário - TRF - 1ª Região (2011)

Arquivado o inquérito policial por despacho do juiz, a requerimento do Ministério Público, a ação penal

- a) só poderá ser instaurada com base em novas provas.
- b) só poderá ser instaurada se o pedido de arquivamento do Ministério Público tiver se baseado em prova falsa.
- c) não poderá mais ser instaurada por ter se exaurido a atividade de acusação.
- d) não poderá mais ser instaurada, pois implicaria revisão prejudicial ao acusado.
- e) só poderá ser instaurada se houver requisição do Procurador-Geral de Justiça.

7) FCC - Analista Judiciário - TRF - 1ª Região (2011)

O inquérito policial

- a) poderá ser arquivado por determinação da autoridade policial, desde que através de despacho fundamentado.
- b) pode ser presidido pelo escrivão de polícia, desde que as diligências realizadas sejam acompanhadas pelo Ministério Público.
- c) não exige forma especial, é inquisitivo e pode não ser escrito, em decorrência do princípio da oralidade.
- d) será remetido a juízo sem os instrumentos do crime, os quais serão devolvidos ao indiciado.
- e) não é obrigatório para instruir a ação penal pública que poderá ser instaurada com base em peças de informação.

8) CESPE - Analista Judiciário - TRE - ES (2011)

A respeito dos diversos institutos de direito processual penal, julgue o item subsequente.

Eventuais nulidades ocorridas na fase inquisitorial contaminam o desenvolvimento da ação penal respectiva, haja vista ser o inquérito policial peça probatória com a finalidade de fornecer ao Ministério Público os elementos necessários para a propositura da ação penal.

- Certo
 Errado

9) CESPE - Analista Judiciário - TRE - ES (2011)

À luz dos conceitos e das normas aplicáveis à ação e ao processo penal, julgue o item subsequente.

O inquérito policial não é indispensável à propositura de ação penal, mas denúncia desacompanhada de um mínimo de prova do fato e da autoria é denúncia sem justa causa.

- Certo
 Errado

10) CESPE - Advogado da União - AGU (2012)

Julgue o item subsequente, a respeito da notícia criminis e dos procedimentos relativos aos crimes de lavagem de dinheiro.

A jurisprudência do STJ admite a possibilidade de instauração de procedimento investigativo com base em denúncia anônima, desde que acompanhada de outros elementos.

- Certo
 Errado

11) FCC - Defensor Público - DPGE - SP (2012)

Analise as assertivas abaixo.

I. O civilmente identificado, indiciado pela prática de homicídio qualificado, deverá ser criminalmente identificado pela autoridade policial.

II. A decisão judicial de arquivamento do inquérito policial com fundamento na atipicidade do fato praticado produz coisa julgada material, impedindo-se a reabertura das investigações preliminares mesmo diante do surgimento de novas provas.

III. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

IV. Nos termos da orientação já sumulada pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de execução penal a falta de defesa técnica por defensor no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição Federal.

Está correto APENAS o que se afirma em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

12) CESPE - Analista Judiciário - TRE - RJ (2012)

Acerca das disposições preliminares do Código de Processo Penal, do inquérito policial e da ação penal, julgue o item a seguir.

Se o promotor de justiça, após analisar as conclusões do inquérito policial, não apresentar denúncia, mas, ao contrário, pedir o arquivamento do inquérito, o juiz, se entender improcedentes as razões do promotor, deverá indeferir o pedido e determinar o imediato início da ação penal.

- () Certo
- () Errado

13) CESPE - Analista Judiciário - TRE - RJ (2012)

Acerca das disposições preliminares do Código de Processo Penal, do inquérito policial e da ação penal, julgue o item a seguir.

O delegado de polícia não poderá instaurar inquérito policial para a apuração de crime de ação penal privada sem o requerimento de quem tenha legitimidade para intentá-la.

- () Certo
- () Errado

14) CESPE - Juiz Federal - TRF - 1ª Região (2011)

Em relação ao inquérito policial, assinale a opção correta com base no direito processual penal.

a) Na atual sistemática processual penal, resta vedada instauração de inquérito policial em relação aos crimes de menor potencial ofensivo, em qualquer hipótese, em face do preceito legal expresso que determina a lavratura de termo circunstanciado, pelo qual não se admite submissão do autor do fato ao constrangimento do procedimento inquisitivo, como, por exemplo, à condução coercitiva e à identificação criminal.

b) Os vícios ocorridos no curso do inquérito policial, em regra, não repercutem na futura ação penal, ensejando, apenas, a nulidade da peça informativa, salvo quando houver violações de garantias constitucionais e legais expressas e nos casos em que o órgão ministerial, na formação da opinião delicti, não consiga afastar os elementos informativos maculados para persecução penal em juízo, ocorrendo, desse modo, a extensão da nulidade à eventual ação penal.

c) Ordenado o arquivamento de inquérito policial instaurado antes da constituição definitiva do crédito tributário, de modo a atender a força impositiva de verbete sumular vinculante, resta vedado, em qualquer hipótese, o seu desarquivamento, mesmo sobrevivendo constituição do crédito tributário, após o encerramento do procedimento administrativo/fiscal, porque o fundamento da decisão judicial é a atipicidade do fato, cuja eficácia preclusiva é de coisa julgada material.

d) Considere a seguinte situação hipotética

O MP, ao oferecer denúncia, não se manifestou, de forma expressa, em relação a alguns fatos e a determinados agentes investigados, cujos elementos estão evidenciados no bojo do inquérito policial.

Nessa situação hipotética, restam assentes doutrina e jurisprudência pátria acerca da ocorrência do pedido de arquivamento implícito ou arquivamento indireto, por parte do órgão de acusação, exigindo-se, contudo, para os devidos efeitos legais, decisão judicial expressa de arquivamento.

e) O atual entendimento consolidado na jurisprudência dos tribunais superiores prevê a possibilidade de retratação do pedido de arquivamento de inquérito policial, independentemente do surgimento de provas novas, desde que não tenha ocorrido ainda o pronunciamento judicial, visto que prevalece o interesse público da persecução penal.

15) CESPE - Juiz Estadual - TJ - BA (2012)

Considerando os institutos aplicáveis ao direito processual penal, assinale a opção correta.

a) Segundo o entendimento dos tribunais superiores, em hipótese nenhuma, é admitida a persecução penal iniciada com base em denúncia anônima.

b) De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, em face do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ainda que em fase inquisitorial, ter acesso a procedimento investigativo referente à medida de busca e apreensão domiciliar a ser executada.

c) Consoante o entendimento dos tribunais superiores, o arquivamento de inquérito policial com base na atipicidade do fato tem eficácia de coisa julgada material, exceto se emanada a decisão de juiz absolutamente incompetente.

d) Segundo entendimento dos tribunais superiores, caso o MP não ofereça a suspensão condicional prevista na Lei n.º 9.099/1995, o magistrado deve fazê-lo de ofício.

e) O juiz pode determinar, de ofício, a reconstituição do crime durante a fase inquisitorial.

16) FCC - Técnico Judiciário - TRT - 1ª Região (2011)

A notícia criminis

a) é a divulgação pela imprensa da ocorrência de um fato criminoso.

b) pode chegar ao conhecimento da autoridade policial através da prisão em flagrante.

c) torna obrigatória a instauração de inquérito policial para apuração do fato delituoso.

d) implica sempre no indiciamento de quem foi indicado como provável autor da infração penal.

e) é a comunicação formal ou anônima da prática de um crime levada à imprensa falada, televisada ou escrita.

17) FCC - Técnico Judiciário - TRT - 1ª Região (2011)

A respeito do inquérito policial, considere:

- I. Não é processo, mas procedimento informativo destinado a reunir os elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal e da respectiva autoria.
- II. A autoridade policial não tem atribuições discricionárias, dependendo a execução de cada ato de prévia autorização do Poder Judiciário.
- III. Em decorrência do princípio da transparência dos atos administrativos, a autoridade policial não poderá determinar que tramite em sigilo, ainda que necessário à elucidação do fato.
- IV. A autoridade policial não tem atribuições discricionárias, dependendo a execução de cada ato de prévia autorização do Ministério Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I, II e III.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) IV.

18) CESPE - Defensor Público Federal - DPU (2010)

A respeito do direito processual penal, julgue o item seguinte.

Na fase pré-processual, havendo conflito de atribuições entre membros do Ministério Público Federal e do Ministério Público do estado, ele deve ser solucionado pelo Superior Tribunal de Justiça, seguindo-se a mesma sistemática constitucionalmente delineada para resolução de conflito de competência entre juízes vinculados a tribunais diversos. Idêntico procedimento é adotado quando do arquivamento de inquérito policial por juiz materialmente incompetente.

- () Certo
- () Errado

19) FCC - Analista Judiciário - TRE - AP (2011)

No que concerne ao Inquérito Policial, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) Do despacho que indeferir o requerimento do ofendido de abertura de inquérito caberá recurso administrativo ao Juiz Corregedor da Comarca.
- b) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade

policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.

c) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

d) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito em situações excepcionais previstas em lei.

e) A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

20) VUNESP – Juiz Estadual – TJ – RJ (2012)

Assinale a alternativa correta no que concerne ao regramento que o CPP dá ao inquérito policial.

a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, ainda que tenha notícia de outras provas.

b) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

c) Em qualquer crime de ação pública não é necessária a representação da vítima para que o inquérito seja iniciado.

d) É irrecorrível o despacho da autoridade policial que indefere o requerimento de abertura de inquérito.

21) FMP – Defensor Público – DPGE – RO (2010)

Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

a) Trata-se de procedimento inquisitorial. Apesar dessa natureza, dispõe o Código de Processo Penal que os elementos informativos colhidos na fase das investigações policiais poderão ser utilizados como fator de convicção do juiz em caráter supletivo da prova judicializada e, também, quando se tratem de provas cautelares, produzidas antecipadamente e não sujeitas à repetição.

b) Conforme entendimento majoritário do Supremo Tribunal Federal, o direito de acesso do advogado às providências do inquérito policial, além de amplo, é, também, irrestrito. Isso significa que, além de poder acessar os elementos de prova já documentados no procedimento investigatório, também lhe deve ser assegurado o direito de acompanhar diligências investigatórias e, inclusive, ter vista dos autos antes destas diligências para extração de cópias e realização das análises que julgar necessárias.

c) Nos crimes de ação penal pública, finalizado o inquérito policial, deverá este ser encaminhado a juízo, e o magistrado fará vista imediata ao Ministério Público para as providências legais cabíveis. Em se tratando, porém, de inquérito instaurado mediante requerimento da vítima para apurar crime de ação penal privada, uma vez concluído, deverá permanecer na Delegacia de Polícia aguardando o comparecimento do ofendido ou de seu Procurador, a fim de lhe ser entregue mediante traslado.

d) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito policial pela autoridade judiciária por falta de base para a denúncia, a autoridade policial, em situação alguma, poderá realizar novas investigações sobre o mesmo fato, implicando a ofensa a esse postulado grave constrangimento ilegal.

e) Em circunstâncias excepcionais, na hipótese de constatação de evidente atipicidade da conduta investigada, o inquérito policial poderá ser arquivado pelo delegado de polícia, comunicando ao

Ministério Público esse procedimento para fins do controle externo da atividade policial.

22) CESPE - Analista Judiciário - CNJ (2013)

A respeito do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e no Código de Processo Penal, julgue o próximo item.

Em que pese a previsão constitucional de publicidade dos atos processuais, isso não ocorre no inquérito policial que, por ser procedimento administrativo informativo, é acobertado pelo sigilo.

- Certo
 Errado

23) CESPE - Analista Judiciário - TJ - DFT (2013)

A respeito do inquérito policial e da ação penal, julgue o item seguinte.

Se o titular da ação penal deixa, sem expressa manifestação ou justificação do motivo, de incluir na denúncia algum fato investigado ou algum dos indiciados e o juiz recebe a denúncia, ocorre arquivamento indireto.

- Certo
 Errado

24) CESPE - Analista Judiciário - TJ - DFT (2013)

A respeito do inquérito policial e da ação penal, julgue o item seguinte.

Uma vez apresentada, a representação de crime de ação penal pública somente pode ser retirada antes do oferecimento da denúncia, não se admitindo retratação da retratação.

- Certo
 Errado

25) CESPE - Delegado de Polícia - PC - BA (2013)

Em relação ao inquérito policial, julgue o item subsequente, com base no disposto no Código de Processo Penal (CPP) e na doutrina.

De acordo com o CPP, entre os procedimentos a serem adotados pela autoridade policial incluem-se a oitiva do ofendido e a comunicação a ele dos atos da investigação policial, em especial, os relativos ao ingresso ou à saída do acusado da prisão, à designação de data para interrogatório e, no caso de indiciamento do acusado, à remessa dos autos à justiça.

- Certo
 Errado

26) CESPE - Delegado de Polícia - PC - BA (2013)

Em relação ao inquérito policial, julgue o item subsequente, com base no disposto no Código de Processo Penal (CPP) e na doutrina.

A instauração de inquérito policial para apuração de infrações penais, de competência da justiça estadual, imputadas a prefeito municipal condiciona-se à autorização do Tribunal de Justiça, órgão responsável pelo controle dos atos de investigação depois de instaurado o procedimento apuratório.

- Certo
 Errado

27) CESPE - Delegado de Polícia - PC - BA (2013)

Em relação ao inquérito policial, julgue o item subsequente, com base no disposto no Código de Processo Penal (CPP) e na doutrina.

Os delegados de polícia não podem recusar-se a cumprir requisição de autoridade judiciária ou de membro do MP para instauração de inquérito policial.

- Certo
 Errado

28) CESPE - Escrivão de Polícia - PC - BA (2013)

Julgue o item subsequente no que concerne à legislação processual penal.

Considera-se ilegal a coação quando o inquérito policial for manifestamente nulo, sendo possível a concessão de habeas corpus -- hipótese em que a investigação será arquivada até o surgimento de novas provas.

- Certo
 Errado

29) CESPE - Notário e Registrador - TJ - RR (2013)

Acerca das atribuições legais, no inquérito policial, conferidas pelo processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

- a) No curso do inquérito policial instaurado mediante portaria, caso presentes os requisitos que

autorizam a prisão preventiva, o juiz só poderá decretá-la mediante representação da autoridade policial ou de requerimento do MP.

b) O juiz pode requisitar de ofício novas diligências probatórias a despeito de manifestação do promotor de justiça pelo arquivamento do inquérito policial.

c) O sistema acusatório em vigor no processo penal brasileiro não admite que o juiz possa condenar o réu pelo crime de furto em face do pedido de absolvição formulado pelo MP, após regular instrução probatória.

d) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial só poderá ser instaurado a requerimento da vítima ou do MP.

e) Na hipótese de comprovada inexistência de crime, a autoridade policial poderá arquivar o inquérito policial.

30) FCC - Notário e Registrador - TJ - PE (2013)

Com relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

a) poderá ser iniciado de ofício, por ordem da autoridade policial, ou mediante requisição da autoridade judiciária ou de membro do Ministério Público, ou, ainda, a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

b) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação de iniciativa pública deverá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

c) deverá, em regra, terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 30 (trinta) dias, se estiver solto, sendo admissível a prorrogação desses prazos, em ambos os casos, quando o fato for de difícil elucidação e houver autorização judicial.

d) o ofendido e o indiciado não podem requerer diligências à autoridade policial.

e) a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, se não forem encontrados indícios de crime e de sua autoria.

31) CESPE - Juiz Federal - TRF - 2ª Região (2013)

Acerca do inquérito policial (IP), assinale opção correta.

a) Mesmo em caso de sigilo decretado no IP, a autoridade policial terá de encaminhar ao instituto de identificação os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.

b) O advogado tem direito de vista aos autos do IP, salvo nos casos de decretação de sigilo.

c) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento de qualquer infração penal poderá comunicá-la à autoridade policial, que, então, deverá reduzi-la a termo e, caso verifique a procedência das informações, instaurar inquérito.

d) A pedido do indiciado, a autoridade policial deverá instaurar o contraditório e a ampla defesa no curso do IP.

e) Nos crimes hediondos, o IP pode ser instaurado com base apenas em denúncia anônima encaminhada a delegado de polícia, a membro do MP ou a juiz, por constituir indício da prática de crime.

32) FCC - Notário e Registrador - TJ - PE (2013)

O inquérito policial é um procedimento

- a) formal, escrito, judicial, contraditório, inquisitório, cautelar, concomitante à ação penal, presidido pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e sua autoria.
- b) informal, escrito, administrativo ou judicial, inquisitório, cautelar, preliminar à ação penal, presidido pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.
- c) formal, escrito, administrativo ou judicial, inquisitório, cautelar, preliminar à ação penal, presidido pela autoridade policial ou por membro do Ministério Público, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.
- d) formal, escrito, administrativo, cautelar, preliminar à ação penal, presidido exclusivamente pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.
- e) informal, escrito, administrativo, contraditório, cautelar, preliminar à ação penal, presidido exclusivamente pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.

33) FCC - Técnico Judiciário - TRF - 2ª Região (2012)

O inquérito policial

- a) será presidido pelo escrivão, sob a orientação do Delegado de Polícia.
- b) só poderá ser iniciado através de requisição do Ministério Público ou do juiz.
- c) será acompanhado, quando concluído e remetido ao fórum, dos instrumentos do crime, bem como dos objetos que interessarem à prova.
- d) poderá ser arquivado pela autoridade policial ou pelo Ministério Público quando o fato não constituir crime.
- e) é indispensável para o oferecimento da denúncia, não podendo o Ministério Público dispensá-lo.

34) FCC - Analista Judiciário - TRF - 2ª Região (2012)

Na dinâmica do inquérito policial NÃO se inclui

- a) o reconhecimento de pessoas e coisas.
- b) as acareações.
- c) o pedido de prisão temporária.
- d) a apreensão dos objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- e) a apresentação, através de advogado, de defesa preliminar por parte do indiciado.

35) FCC - Juiz Estadual - TJ - PE (2013)

Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

- a) uma vez relatado o inquérito policial, não poderá ser devolvido à autoridade policial, a requerimento do Ministério Público.

- b) o sigilo total do inquérito policial pode ser oposto ao indiciado, de acordo com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.
- c) depois de ordenado seu arquivamento pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- d) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial pode iniciar o inquérito policial mediante notícia de crime formulada por qualquer do povo.
- e) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, quando se convencer acerca da atipicidade da conduta investigada.

36) FCC – Juiz Estadual TJ – PE (2011)

Se o crime for de alçada privada, a instauração de inquérito policial

- a) não interrompe o prazo para o oferecimento de queixa.
- b) é indispensável para a propositura da ação penal.
- c) constitui causa de interrupção da prescrição.
- d) suspende o prazo para o oferecimento de queixa.
- e) não pode ocorrer de ofício, admitindo-se, porém, requisição da autoridade judiciária.

37) Comissão Examinadora – Juiz Federal - TRF – 4ª Região (2010)

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. O prazo previsto para término do inquérito policial, no Código de Processo Penal, é de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso. Em caso de indiciado solto, é de 30 (trinta) dias.
 - II. Quando se tratar de indiciado preso preventivamente, o prazo para término do inquérito será contado da data em que for executada a ordem de prisão, segundo o Código de Processo Penal.
 - III. O prazo para término do inquérito em caso de crime contra a economia popular, na forma da Lei 1.521/1951, esteja o indiciado preso ou solto, é de 10 (dez) dias.
 - IV. Em caso de indiciado preso por ordem da Justiça Federal, o prazo para término do inquérito é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual tempo.
 - V. Em se tratando de tráfico ilícito de drogas, previsto na Lei 11.343/2006, o prazo para o término do inquérito é de 30 (trinta) dias em caso de acusado preso e de 90 (noventa) dias em caso de acusado solto, podendo os prazos ser duplicados por decisão judicial, ouvido o Ministério Público, se houver pedido justificado da autoridade policial.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas II e V.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.
 - e) Estão corretas todas as assertivas.

38) CESPE - Delegado de Polícia Federal - PF (2013)

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao inquérito policial e suas peculiaridades, às atribuições da Polícia Federal e ao sistema probatório no processo penal brasileiro.

Uma quadrilha efetuou ilegalmente diversas transações bancárias na modalidade de saques e transferências eletrônicas em contas de inúmeros clientes de determinada agência do Banco do Brasil. A instituição financeira ressarciu todos os clientes lesados e arcou integralmente com os prejuízos resultantes das fraudes perpetradas pelo grupo. Nessa situação hipotética, cabe à Polícia Federal a instauração do inquérito policial, porquanto a ela compete, com exclusividade, a apuração de crimes praticados contra bens e serviços da União.

- Certo
 Errado

39) CESPE - Delegado de Polícia Federal - PF (2013)

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao inquérito policial e suas peculiaridades, às atribuições da Polícia Federal e ao sistema probatório no processo penal brasileiro.

Um delegado da Polícia Federal instaurou inquérito policial, mediante portaria, para investigar a conduta de deputado federal suspeito da prática de crimes contra a administração pública. Intimado para oitiva nos autos, o parlamentar impetrou habeas corpus contra o ato da autoridade policial, sob o argumento de usurpação de competência originária do STF. Nessa situação hipotética, assiste razão ao impetrante, visto que, para a instauração do procedimento policial, é necessário que a autoridade policial obtenha prévia autorização da Câmara dos Deputados ou do STF.

- Certo
 Errado

40) CESPE - Escrivão de Polícia Federal - PF (2013)

Acerca do inquérito policial, julgue o item seguinte.

O valor probatório do inquérito policial, como regra, é considerado relativo, entretanto, nada obsta que o juiz absolva o réu por decisão fundamentada exclusivamente em elementos informativos colhidos na investigação.

- Certo
 Errado

41) CESPE – Escrivão de Polícia Federal – PF (2013)

Acerca do inquérito policial, julgue o item seguinte.

O princípio que rege a atividade da polícia judiciária impõe a obrigatoriedade de investigar o fato e a sua autoria, o que resulta na imperatividade da autoridade policial de instaurar inquérito policial em todos os casos em que receber comunicação da prática de infrações penais. A ausência de instauração do procedimento investigativo policial enseja a responsabilidade da autoridade e dos demais agentes envolvidos, nos termos da legislação de regência, vez que resultará em arquivamento indireto de peça informativa.

- Certo
 Errado

42) CESPE – Escrivão de Polícia Federal – PF (2013)

Acerca do inquérito policial, julgue o item seguinte.

A conclusão do inquérito policial é precedida de relatório final, no qual é descrito todo o procedimento adotado no curso da investigação para esclarecer a autoria e a materialidade. A ausência desse relatório e de indiciamento formal do investigado não resulta em prejuízos para persecução penal, não podendo o juiz ou órgão do Ministério Público determinar o retorno da investigação à autoridade para concretizá-los, já que constitui mera irregularidade funcional a ser apurada na esfera disciplinar.

- Certo
 Errado

43) FGV – Agente Penitenciário – SEJAP – MA (2013)

Com relação ao inquérito, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O inquérito é um procedimento investigatório prévio, no qual diversas diligências são realizadas na busca da obtenção de indícios que permitam o titular da ação propô-la contra o autor da infração penal.
- b) O inquérito policial é inquisitivo, não vigorando o princípio do contraditório pleno, apesar de a autoridade que o presidir ter a obrigação de agir dentro dos termos da lei.
- c) Apesar de o inquérito ser sigiloso, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) O inquérito, que é obrigatório, pode ser iniciado de ofício, por requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- e) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depende de representação, não poderá ser iniciado sem ela.

44) VUNESP - Investigador de Polícia - PC - SP (2013)

Assinale a alternativa correta no que diz respeito às disposições relativas ao Inquérito Policial previstas no Código de Processo Penal.

- a) Incumbirá à autoridade policial no curso do Inquérito Policial representar acerca da prisão preventiva.
- b) Caso vislumbre notória atipicidade da conduta investigada, a autoridade policial poderá determinar o arquivamento dos autos do Inquérito Policial.
- c) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, permanecerão com a autoridade policial após o encaminhamento dos autos do inquérito policial para análise do Ministério Público e Poder Judiciário, e serão encaminhados, posteriormente, se o Juiz ou membro do Ministério Público assim requisitarem.
- d) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência durante o curso do Inquérito Policial em virtude da natureza inquisitória deste procedimento.
- e) Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas não poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, sendo obrigatória, para tanto, a existência de precatórias ou requisições à autoridade competente daquela circunscrição.

45) CESPE - Procurador do Distrito Federal - PGDF (2013)

Considerando as normas referentes ao inquérito policial, julgue o item a seguir.

Segundo as normas processuais penais vigentes, a autoridade policial não pode determinar o arquivamento do inquérito, salvo se o MP, previamente consultado, concordar com tal determinação.

- () Certo
- () Errado

46) CESPE - Procurador do Distrito Federal - PGDF (2013)

Considerando as normas referentes ao inquérito policial, julgue o item a seguir.

De acordo com o CPP, qualquer pessoa do povo, ao tomar conhecimento da prática de atos delituosos, deverá comunicá-los à autoridade policial, seja verbalmente, seja por via formal.

- () Certo
- () Errado

47) CESPE - Procurador do Distrito Federal - PGDF (2013)

Julgue o item subsequente, a respeito da participação do MP no curso das investigações criminais, na instrução processual e na fase recursal.

Nos termos da legislação processual vigente, o MP não está limitado à prévia instauração de inquéritos policiais para promover ações penais públicas, ainda que a apuração dos crimes seja complexa.

- Certo
 Errado

48) CESPE - Agente Penitenciário Federal - DEPEN (2013)

Com relação às disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal e ao habeas corpus, julgue o item subsecutivo.

O delegado de polícia, mediante despacho nos autos do inquérito policial, poderá determinar a incomunicabilidade do indiciado sempre que o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o permitir.

- Certo
 Errado

49) CESPE - Escrivão de Polícia - PC - DF (2013)

Julgue o item seguinte, a respeito do inquérito policial (IP) e das provas.

Nos crimes de ação pública condicionada, o IP somente poderá ser instaurado se houver representação do ofendido ou de seu representante legal; nos crimes de iniciativa privada, se houver requerimento de quem tenha qualidade para oferecer queixa.

- Certo
 Errado

50) CESPE - Escrivão de Polícia - PC - DF (2013)

Julgue o item seguinte, a respeito do inquérito policial (IP) e das provas.

A autoridade policial tem o dever jurídico de atender à requisição do Ministério Público pela instauração de IP, podendo, entretanto, se recusar a fazê-lo na hipótese em que a requisição não contenha nenhum dado ou elemento que permita a abertura das investigações.

- Certo
 Errado

Direito Processual Penal

Inquérito

Período: 2010 - 2016

Gabarito

1 ERRADO	2 CERTO	3 CERTO	4 D	5 B
6 A	7 E	8 ERRADO	9 CERTO	10 CERTO
11 B	12 ERRADO	13 CERTO	14 B	15 E
16 B	17 A	18 ERRADO	19 C	20 B
21 A	22 CERTO	23 ERRADO	24 ERRADO	25 ERRADO
26 CERTO	27 ERRADO	28 ERRADO	29 A	30 A
31 A	32 D	33 C	34 E	35 C
36 A	37 E	38 ERRADO	39 ERRADO	40 CERTO
41 ERRADO	42 CERTO	43 D	44 A	45 ERRADO
46 ERRADO	47 CERTO	48 ERRADO	49 ERRADO	50 ERRADO